

Esforço concentrado da categoria pela correção do Plano de Cargos

No dia em que assumiu a presidência da Copasa, após um período turbulento de gestão autoritária de seu antecessor, o profissional de carreira da empresa Ricardo Simões pontuou em seu discurso um compromisso de há muitos anos esperado pelos trabalhadores: mudanças necessárias e urgentes no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

A reação dos trabalhadores foi a melhor possível, inclusive declarando que esta seria uma medida que estimularia a todos em suas atividades, o que colaboraria para o maior empenho pelo desenvolvimento da empresa.

Frustração e reação pela Copasa

A recente sentença na Justiça do Trabalho, dia 13 de agosto, pela nulidade do PCCS da Copasa comprova o grau de irregularidades de um instrumento de gestão de cargos e salários que não contempla regras transparentes, que não está regularmente registrado e possibilita políticas internas discriminatórias sobre os trabalhadores.

Esta ação judicial para resguardar os direitos dos trabalhadores só aconteceu depois de longo tempo de cobranças e espera da categoria para que a direção da empresa fizesse as mudanças apontadas como necessárias por estudos técnicos. Um dos principais objetivos da ação é o fim da política de porte na classificação dos cargos e salários dentro da empresa, que discrimina trabalhadores de mesma função e atividade em todo o Estado, ferindo o princípio de isonomia.

Devemos deixar claro que, independente da sentença, não existe ordem judicial impedindo promoções dentro da empresa e se tal atitude acontece ela absolutamente não é nova. Trabalhadores estão há 12, ou 15 e até mais de 20 anos sem qualquer promoção, amargando uma verdadeira paralisia em sua perspectiva de crescimento profissional dentro da

Copasa. Qualquer argumento de estar impedida, visa apenas uma intenção clara dos patrões de indispor os trabalhadores contra o Sindicato e para barrar a iniciativa de defesa rigorosa dos direitos dos companheiros.

O diálogo ainda é o melhor caminho

A despeito de uma sentença judicial, reafirmamos que, se a Copasa quiser resolver esta questão, a categoria se mantém totalmente aberta ao diálogo e poderíamos participar de um esforço paritário de consolidar um PCCS bom para os trabalhadores e para a própria empresa, consagrando um documento dentro dos limites e exigências legais.

A ação judicial para que houvesse a correção do PCCS é uma cobrança que vinha sendo imposta pelos trabalhadores e demonstra também o nível de consciência e de responsabilidade da categoria. Como se prender ao trabalho numa empresa que pratica salários baixíssimos e sem perspectiva de crescimento? Como continuar sendo profissionalmente ignorado quando temos um mercado de trabalho aquecido, ao ponto de faltar trabalhadores qualificados? Como honrar os compromissos e responsabilidades familiares sem perspectivas de melhoria? Pior ainda, como deveríamos nos comportar diante de uma empresa que vem sendo sucateada com a desvalorização profissional e cada dia mais intensa contratação de prestadores de serviços de terceira qualidade? As questões postas têm ainda a agravante situação de que tudo é praticado por uma empresa pública, obrigada à transparência, aos concursos previstos na Constituição Federal e do Estado.

A ação procura, em última instância, proteger a Copasa como patrimônio público e assegurar que seus cargos e salários sejam definitivamente um instrumento para garantir qualificação de um serviço

Copasa abre nova PPP no esgoto

No próximo dia 21 de agosto, às 10 horas, acontece no auditório da Copasa a "Audiência Pública" sobre a licitação de contrato de Parceria Público Privada (PPP) para construir ETE e operar o sistema de esgotos de Divinópolis.

Vem aí pela frente a abertura da porteira para o entreguismo geral das atividades fins da Copasa para as mãos e os bolsos gananciosos de empreiteiras.

A audiência deverá receber a manifestação contrária não somente dos trabalhadores mas também da população de Divinópolis e de lideranças do município, que estão em pé de guerra com a Copasa por causa da taxa de esgoto. Estas lideranças acusam a empresa de cobrar antes de prestar o serviço e denunciam ainda que a

concessão do serviço feito à Copasa não pode ser objetivo de sub-concessão, ameaçando retomar os serviços da empresa.

Este é mais um processo de "privatização branca" da empresa estatal e o SINDÁGUA convoca todos os

trabalhadore
s que
possam
comparecer
à audiência
para se
manifestar
m contra a
iniciativa, que
precariza
serviços
essenciais,
ameaça
empregos
que exigem
mão de obra
qualificada e
que entrega
para
terceiros

responsabilidades descritas pela própria Constituição Federal e mineira como obrigação do Estado.

Participe desta luta para preservar a Copasa e os serviços públicos essenciais para a população.



Comunidade de divinópolis resiste e faz pressão sobre a Prefeitura local

Isto é TERCEIRIZAÇÃO

- Entreguismo do patrimônio público;
- Tarifas públicas usufruídas por iniciativa privada, em busca de lucro sobre serviços essenciais;
- Sublocação de concessão de serviço público;
- Subemprego e perda de qualidade nos serviços;
- Lucros cada vez mais elásticos para empreiteiras;



ISTO É O QUE QUEREM OS PATRÕES COM O PL 4330, QUE ESCANCARA AS PORTAS DA TERCEIRIZAÇÃO.